

Educação popular como princípio para formação de professores de Educação de Jovens e Adultos

Popular education as a principle for training Youth and Adult Education teachers

Rosangela Carrilo Moreno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

O presente texto apresenta uma proposta de formação inicial de professores em Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como princípios orientadores as experiências de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire. O trabalho demonstra as orientações que guiaram a construção de atividades de alfabetização para salas de EJA e analisa uma experiência desenvolvida por uma estudante de pedagogia. Considerando o racismo estrutural da sociedade brasileira, que pode ser visto tanto pelo número de pessoas pretas e pardas que não tiveram garantido o direito à educação quanto pela maior presença desse grupo nas salas de EJA, o tema gerador central foi a questão racial. Tal temática foi desenvolvida, valorizando práticas dialógicas e métodos de participação ativa, de modo a contribuir, via educação popular, com a construção de uma leitura crítica do mundo no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação popular; Educação de Jovens e Adultos; Formação docente.

Abstract

This text presents a proposal for initial teacher training in Youth and Adult Education (EJA), using the popular education experiences developed by Paulo Freire as its guiding principles. This work demonstrates both the guidelines that led the construction of literacy activities for EJA classrooms and analyses an experiment developed by a pedagogy student. Considering the structural racism in the Brazilian society, which can be seen in both the number of black and brown people who have not been guaranteed the right to education and the greater presence of said group in EJA classrooms, the core generating theme was the racial issue. This theme was developed by valuing dialogical practices and methods of active participation, in order to contribute through popular education to the construction of a critical reading of the world in the school space.

Keywords: Popular education; Youth and Adult Education; Teacher training.

Introdução

Este artigo relata e analisa uma proposta de formação inicial de professores em Educação de Jovens e Adultos (EJA), fundamentada nas premissas de educação popular elaboradas por Paulo Freire. Apesar do consenso estabelecido entre os estudiosos da área sobre as contribuições de Paulo Freire referentes à alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos, é comum encontrarmos materiais e práticas distantes daqueles apontados pelo autor.

Muitas salas da primeira etapa do ensino fundamental de EJA reproduzem formas de educação que foram criticadas por ele desde os anos 1960, pois continuam tornando a escola um espaço “carregado de passividade”, com “aulas discursivas” e professores que se inspiram em tradições “doadoras” e, conseqüentemente, tratam os estudantes como sujeitos “passivos” (Freire, 1967, p. 102-103).

Tais práticas pedagógicas são, em parte, fruto do desafio da formação inicial e continuada de docentes da EJA. Ainda que, desde 2000, tenhamos dois documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (Brasil, 2000a) e a Resolução nº 1/2000 (Brasil, 2000b), que reforçaram a importância e a necessidade de uma formação específica de profissionais para EJA, a efetivação dessa orientação ainda está longe de acontecer (Machado, 2008). Há poucos cursos de pedagogia e demais licenciaturas que possuem uma formação específica de EJA (Soares, 2010, 2008), apesar de as pesquisas acadêmicas para a formação docente nessa modalidade de ensino e das produções que tratam das especificidades da EJA terem crescido nos últimos anos (Soares; Pedroso, 2016).

A despeito dessas dificuldades, o curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem, em seu currículo, duas disciplinas obrigatórias de EJA, sendo uma delas a prática de ensino e estágio supervisionado. Essa disciplina conta com uma carga horária de 60 horas a serem cumpridas na faculdade, onde há uma formação teórica e prática, e 100 horas de estágio supervisionado que os estudantes de pedagogia cumprem em escolas parceiras do município do Rio de Janeiro.

Para completar a carga horária, é necessário que os futuros docentes, em formação inicial, realizem uma proposta de atividade na sala em que estão estagiando, ou seja, classes que correspondem aos anos iniciais do ensino fundamental. Isso quer dizer que os estudantes estão, em grande parte, em diferentes etapas do processo de alfabetização. Tal proposta é

discutida com a professora da sala de EJA e construída com a professora supervisora da universidade que, além de dar subsídios na elaboração das atividades, acompanha os estudantes de pedagogia na escola de EJA, no dia de realização.

É na posição de docente do ensino superior nessa disciplina que as experiências de educação popularⁱ – amplamente difundidas no início dos anos 1960 pelos movimentos de cultura popular, particularmente, aquelas documentadas por Freire (1967) na obra *Educação como prática da liberdade* – se tornam uma inspiração importante na elaboração da proposta de atividade em salas de alfabetização da EJA. Trata-se de colocar princípios difundidos em um momento histórico específico, em um contexto atual.

Vale registrar que tais princípios reverberaram ao longo do tempo em diferentes espaços, nos movimentos sociais e em organizações não governamentais, sindicatos, políticas oficiais de governo, como as políticas educacionais, ou em diversas práticas pedagógicas, tanto dentro quanto fora da escola. O próprio Paulo Freire pôde formular políticas de educação tendo como orientação suas experiências com a educação popular. O Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, de 1963, e o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), elaborado enquanto ele era secretário de educação do município de São Paulo (de 1989 a 1992), são exemplos (Brandão, 2008; Gadotti, 2007).

Considerando a experiência da educação popular, difundida por Paulo Freire como uma importante ferramenta para a Educação de Jovens e Adultos, este texto examinará uma proposta de formação com estudantes de pedagogia. Para isso, o artigo será apresentado em três eixos: (i) os princípios da educação popular que orientaram a formulação de atividades pedagógicas em salas de alfabetização de EJA; (ii) a questão racial como um tema gerador; e (iii) a análise de uma proposta realizada por uma futura docente, em formação inicial.

Mobilizar a natureza educativa da educação popular na formação inicial de professores

Quando Paulo Freire iniciou suas experiências de alfabetização e escreveu sobre elas, ficou evidente sua oposição aos modelos tradicionais de escola, que realizam práticas descontextualizadas da realidade, relações autoritárias, que concebem o docente como detentor de saber e os estudantes como receptores passivos desses conteúdos (Freire, 1967; 1987). Apesar dessa contraposição da natureza da prática educativa escolar, é nas experiências com a educação popular que Freire propõe outra concepção de educação.

A partir do conceito antropológico de cultura, ele entende que todos os indivíduos possuem saberes, e por estarem em relação permanente com e no mundo, são sujeitos ativos nos atos de criação e recriação. Com base nessa visão, ainda que os papéis do educador e do educando sejam diferentes, a relação entre eles nas práticas educativas deve ser horizontal, pois “[...] educar é uma tarefa de troca entre pessoas” (Brandão, 1994, p. 22), em que ambos ensinam-e-aprendem. Por essa razão, Freire propõe um método ativo e dialógico, mas também crítico e “criticizador” (Freire, 1967, p. 101), pois, para ele, a educação é, em si, uma atividade política e, por isso, não pode ser neutra.

Na análise de Freire, o campo da educação e da política estão interrelacionados. Porém, sendo parte de um sistema, a escola acaba por reproduzir os interesses dos grupos dominantes. Desse modo, Freire formulou, pelo vocabulário da educação popular, postulados que vieram para contestar o processo de reprodução dominante, para propor maneiras de transformar a realidade.

Para Freire (2020, p. 595)ⁱⁱ:

[...] a educação popular é aquela que está a serviço dos interesses reais das classes populares, mas que, em estando a serviço dos interesses reais das classes populares, tem nelas, também, sujeitos desta educação, e não meras incidências da educação popular feita pelos intelectuais ou pelos educadores. Então, é uma educação que não significa, por exemplo, um simplesmente estar a favor dos pobres, isso é um pouco demais. O que traduz a educação popular não é um voto de solidariedade paternal aos pobres, mas o que sela um projeto de educação popular é o seu compromisso radical de transformação do mundo.

Por essa razão, Freire (1967, 1987) difundiu a ideia da “educação como prática da liberdade”, bem como defendeu a “pedagogia do oprimido” como uma forma de se opor aos grupos dominantes e gerar ações de transformação, tanto dentro quanto fora do espaço escolar.

A visão dele, ainda que não faça referência aos estudos de Bourdieu e Passeron (1982)ⁱⁱⁱ, coincide com o argumento dos autores franceses, que demonstraram que a escola coloca em prática lógicas de dominação e reprodução do mundo social, pois é um lugar que detém o monopólio legítimo da violência simbólica, por meio do arbitrário cultural. Entretanto, Freire vê na própria prática educativa um meio de contrapor as relações de dominação, intervindo por intermédio de métodos e conteúdos, e da própria compreensão do que é a função da escola, que, em vez de reproduzir os interesses dominantes, pode libertar os sujeitos.

Desse modo, ainda que a formulação de educação de Paulo Freire tenha nascido de experiências que se deram fora do espaço escolar, ele entende “[...] que a educação, não importa se popular, se informal ou formal, é sempre, também, uma certa teoria do conhecimento posta em prática” (Freire, 2020, p. 593).

Considerando, assim, o potencial das concepções e dos princípios de educação propostos por Freire, os estudantes do curso de pedagogia tiveram que elaborar uma atividade a ser desenvolvida nas salas de EJA da primeira etapa do ensino fundamental, portanto, grupos em diferentes etapas da alfabetização, seguindo algumas orientações e alguns princípios.

Tal atividade deveria partir de um tema gerador central, proposto por mim, mas cuja situação específica para o debate deveria fazer parte da realidade dos estudantes da EJA, especificamente na sala em que os estudantes de pedagogia estavam inseridos. Sendo assim, as observações registradas pelos estagiários sobre as falas, percepções e visões dos estudantes, em sala ou fora dela, serviriam como guia na escolha da situação de debate, visando garantir, por meio de uma escuta atenta do grupo, o vínculo dos educandos com o tema. Ao mesmo tempo, a situação de debate construída pelos estudantes de pedagogia a partir do tema central precisava assegurar a potencialidade de discussão crítica, a fim de promover o desenvolvimento de um pensamento reflexivo (Brandão, 1994).

Durante o planejamento, a minha intervenção como docente de formação inicial de professores era observar se as atividades sugeridas para as salas seriam conduzidas de forma dialógica, priorizando uma participação ativa dos estudantes da EJA. Como a busca era de construir um aprendizado com os estudantes da EJA ao longo da atividade, fez-se necessário incluir práticas que permitissem ouvir as lógicas, as visões e as formas de pensar deles, pois “[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (Freire, 1984, p. 22). Dessa maneira, estava entre meu trabalho verificar como os estudantes de pedagogia estavam estruturando perguntas e questões para promover o debate. Para Freire, uma das coisas que precisamos resgatar “[...] é o ato de perguntar, eu diria que a nossa educação vem sendo, sobretudo, uma pedagogia da resposta” (Freire, 2020, p. 594).

Como o debate do tema gerador traria as diferentes visões de mundo dos educandos da EJA, os estudantes de pedagogia precisavam realizar uma pesquisa sobre os aspectos da

Educação Popular como princípio para formação de professores de Educação de Jovens e Adultos

realidade brasileira em que esperavam trabalhar, buscando explicações em uma perspectiva crítica, que permitisse aos educandos se verem como sujeitos dessa realidade. O trabalho de pesquisa visava que os estagiários encontrassem as “causalidades” do fenômeno a ser debatido, com o propósito de apoiá-los no processo de decodificação da situação apresentada (Freire, 1967).

Além de todos os princípios de educação já apresentados, que deveriam orientar o trabalho de construção da atividade para salas de alfabetização da EJA, os estudantes tinham o desafio de apresentar um trabalho interdisciplinar, garantindo que as várias ciências pudessem ser mobilizadas, sem que os conteúdos estivessem separados de forma estanque (Brandão, 1994). Ficou como sugestão o uso de materiais visuais como forma de auxiliar na apresentação inicial dos assuntos a serem debatidos, como o próprio Paulo Freire utilizou em suas metodologias de alfabetização.

Cabe ressaltar que, na formação teórica e prática que subsidiou a proposta, a dimensão afetiva – tanto no vínculo afetivo dos educandos da EJA com a palavra e o tema gerador quanto na relação de “simpatia” estabelecida durante a comunicação – foi apontada como elemento essencial. Tais princípios indicados por Freire (1967) foram reafirmados por estudiosos da área da psicologia, que pensaram a dimensão da afetividade nas práticas pedagógicas de EJA (Leite; Gazoli, 2012).

Como tema gerador central, propus a questão racial, a ser explorada de forma específica pelos estagiários, com base nas características do grupo de EJA.

Tema gerador: a questão racial no Brasil

Quando propus como tema gerador a questão racial para os estudantes de pedagogia realizarem suas atividades nas salas de alfabetização, levei em conta algumas características comuns aos estudantes da EJA. Entre elas está um dado do Censo Escolar da Educação Básica de 2023, que mapeou que 77,7% dos estudantes matriculados no ensino fundamental na modalidade da EJA são pretos e pardos (Brasil, 2024, p. 46). Entretanto, os estagiários deveriam observar como a questão racial aparecia nas suas salas, para poderem, por meio do tema gerador, fazer propostas que permitissem que os estudantes da EJA pudessem debater e pensar sobre o mundo e o contexto em que vivem.

Durante a formação na disciplina de abordagens didáticas da EJA (que precede a disciplina de estágio), os estudantes de pedagogia tiveram contato com estudos que demonstram como a população negra foi impedida de ter acesso aos meios de escolarização

ao longo do tempo, e que, quando a tiveram, especialmente no fim do império e no início da república, eram propostas marcadas por uma educação distinta daquela da elite. A educação ofertada para as pessoas escravizadas e libertas tinha por finalidade, sobretudo, garantir a ordem disciplinar e moral, além de preparar para as novas relações de trabalho, construindo assim, por meio da escolarização, hierarquias de saberes e posições sociais (Passos, 2012).

Na república, as teorias racistas de crença na superioridade branca alimentaram as políticas que viam o branqueamento da sociedade brasileira como um projeto nacional, sendo substituída, nos anos 1940, pelo mito da democracia racial, que difundia a ideia de que a nação brasileira era resultado de uma convivência harmoniosa entre os diferentes grupos étnico-raciais (Passos, 2012).

De toda forma, quando analisamos os dados estatísticos, apesar de diversos movimentos de resistências e experiências educativas para pessoas negras, como, por exemplo, aquelas desenvolvidas pelo movimento negro, vemos que, ainda hoje, a população negra e parda continua sofrendo com o racismo estrutural. Diversos indicadores mostram como as desigualdades raciais são significativas em nosso país. O percentual de alfabetização, o ano de escolarização, a reprovação, a evasão, a distorção ano/série e a média salarial tendem a ser distintos entre as pessoas pretas e pardas e as brancas, ficando entre os primeiros os piores índices.

Dos 9,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais que foram alfabetizados^{iv}, 6,8 milhões são pretos e pardos, enquanto 2,3 milhões são brancos. Isso significa que a população negra e parda está com mais que o dobro de diferença que a população branca no que se refere ao acesso ao código de leitura e escrita, um instrumento fundamental que estrutura e regula a nossa sociedade (IBGE, 2019). Os efeitos das desigualdades escolares podem ser vistos na média salarial da população ocupada, que é 64,2% maior entre brancos em relação a pretos e pardos, segundo dados do IBGE (2023). Como aponta Almeida (2019, p. 52),

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. Mas que fique a ressalva já feita: a estrutura social é constituída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais etc.

Por essa razão, o estudo sobre o processo histórico e as relações de poder político que

Educação Popular como princípio para formação de professores de Educação de Jovens e Adultos

estruturam o racismo foi importante na formação dos estudantes de pedagogia, para que eles pudessem trabalhar sobre o tema gerador munidos de informações que explicassem sobre uma questão tão central na produção das desigualdades no nosso país. Propor que a ação dos estagiários na EJA seja sobre a questão racial também é uma forma de contribuir para que a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que institui como obrigatório o ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, seja cumprida.

Ainda que o tema central fosse a questão racial, os estudantes de pedagogia precisavam sugerir uma problemática específica dentro do tema, que deveria estar em consonância com a realidade dos educandos de EJA. A situação específica tinha que ser apresentada de modo que o grupo pudesse pensar e refletir coletivamente, o que significa, na concepção de Paulo Freire, que o educador não deveria decodificar a situação para ou pelos estudantes da EJA, mas refletir com o grupo (Brandão, 1994).

Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (Gadotti, 2007, p. 24).

A experiência da educação como prática da liberdade proposta por Freire (1967), centrada nos grupos marginalizados, permite que diversas opressões e lutas possam ser reconhecidas e pensadas. Assim, da formação dos estudantes de pedagogia, também faz parte a leitura de bell hooks (2013), que conta, pela sua própria experiência, como o pensamento de Paulo Freire foi uma ferramenta fundamental para pensar contra o processo de colonização nos Estados Unidos. Para hooks, o autor permitiu pensar a política de dominação do seu país, ajudando-a a formular um compromisso político descolonizador, a partir de seus questionamentos sobre o racismo, o sexismo e a exploração de classe.

Com base nesse trabalho formativo sobre a questão racial, e considerando os princípios de educação apresentados, os estudantes de pedagogia realizaram suas próprias pesquisas para formulação de suas propostas de atividade em salas de alfabetização da EJA.

“Loiro pivete”: cultura periférica e resistência à marginalização

Os caminhos de construção de práticas pedagógicas críticas ganham potência quando oferecemos ferramentas aos estudantes. No ano de 2022, dentro do tema gerador sobre a questão racial, a estudante de pedagogia Queila Jéssica Celeste Bernardo Justino^Y apresentou o debate sobre o estilo “loiro pivete”.

O estilo consiste na descoloração dos cabelos, que assumem uma tonalidade platinada, e é conhecido pela expressão “nevou”. Este estilo é sazonal e de caráter comemorativo, uma vez que pode ser observado com facilidade no verão, que coincide com o período de festas de fim de ano e carnaval. É uma prática comum no Rio de Janeiro, entre jovens e adultos, sobretudo homens pretos e favelados^{vi}. Por essa razão, a proposta apresentada teve como objetivo tanto problematizar a marginalização e o estigma associados ao homem favelado e preto quanto valorizar essa prática cultural considerada de periferia, a fim de fortalecer a resistência no enfrentamento aos preconceitos relacionados a raça, origem social e local de moradia.

Tal temática foi planejada a partir da observação da sala de EJA em que Queila Justino estava inserida. O grupo era formado majoritariamente por homens negros, em grande parte, adultos, e alguns quase idosos, oriundos de regiões periféricas, ainda que a escola esteja localizada em uma região central da cidade. Além das características do grupo, a estudante de pedagogia trouxe para o debate uma cultura das favelas do Rio de Janeiro, o que seria, nas palavras de Freire, trazer “[...] os falares típicos do povo. Suas expressões particulares, vocábulos ligados à experiência dos grupos” (1967, p. 111).

Seguindo a orientação de propor uma metodologia ativa e dialogal, o debate teve início com uma pergunta, que tinha por finalidade ouvir o que os estudantes da EJA pensam, interrogando o que significava a palavra “pivete”. Logo vieram respostas que atrelavam o sentido da palavra aos meninos que vivem em situação de rua e/ou que praticam delitos. Em seguida, a estudante de pedagogia problematizou a questão, apresentando duas imagens/memes (Figura 1, a seguir), que circulam pelas redes sociais, sem autoria.

Figura 1 – Memes



Fonte: Oliveira, 2021.

Educação Popular como princípio para formação de professores de Educação de Jovens e Adultos

A estagiária convidou os estudantes da EJA a realizar uma leitura das imagens, apoiando-os a decodificar os símbolos e os significados. Ela fez uma observação sobre a comunicação por memes e dialogou, escutando os educandos e apresentando elementos da imagem que fazem referência à prática de descolorir o cabelo, denominada “loiro pivete”.

Como se tratava de um trabalho interdisciplinar, a estagiária propôs uma reflexão crítica a partir de questões formuladas com antecedência, em que abordava o meme como uma das formas de comunicação por imagens na era digital. E, ao atrelar o sentido do termo “pivete” ao tom pejorativo à prática de descolorir o cabelo, especialmente quando realizada por pessoas pretas e periféricas, o sentido cômico desses memes foi problematizado por meio da imagem, de modo a revelar o aspecto social da análise.

Essa conexão foi estabelecida pela escuta atenta às falas dos estudantes, pela troca a partir dessa interação e também pela apresentação subsequente de outras imagens. Trata-se de uma publicação realizada na rede X (antigo Twitter), em que um apresentador de televisão da Bahia usa as duas imagens acima, para expressar sua posição (Figura 2).

Figura 2 – Postagem no X (Antigo Twitter) acerca do racismo



Fonte: Oliveira, 2021.

Com base em tais postagens, o debate circulou em torno do significado de racismo, discriminação e preconceito, e logo vieram os relatos das experiências sofridas ou presenciadas por esses homens. Desse modo, vemos como é possível, a partir das próprias situações de vida dos sujeitos, explorar temáticas tão importantes, promovendo um debate crítico, ao mesmo tempo que se desenvolvem conteúdos específicos. Nessa proposta, havia uma dupla intencionalidade: a ampliação de vocabulário e o exercício da linguagem oral em situações de argumentação e reflexão.

Além do meme, uma possibilidade de desdobramento do trabalho seria explorar as formas de comunicação por meio digital, como são as redes sociais. As postagens apresentadas possuem frases curtas que permitem aos estudantes da EJA em processo de alfabetização se sentirem capazes de ler e interpretar. Se o trabalho pudesse ser estendido, a escrita de postagens sobre o tema, ou na forma de comentários na publicação do perfil do Raoni Oliveira, permitiria uma produção textual dentro da sua função social de comunicação, e não apenas como um mero exercício escolar.

A atividade proposta ainda teve mais desdobramentos. Buscou apresentar formas de afirmação e reconhecimento de tal estética. Pode se dizer que essa seria a possibilidade do que Paulo Freire (1967) chama de ato de criação e recriação de cultura. Os sujeitos reconheceriam as práticas produzidas pela cultura popular com a mesma importância e significância que as culturas valorizadas pelos grupos dominantes. Para isso, a estudante de pedagogia apresentou algumas imagens que mostram como mudar a cor de cabelo é a afirmação política de uma estética de determinados sujeitos dos grupos populares e, ao mesmo tempo, um ato de resistência existencial (Figura 3, a seguir, e Figuras 4 e 5 adiante).

Figura 3 – Postagem no X (antigo Twitter) sobre representação



Raoni Oliveira @ORaoniOliveira · 5 de jan de 2021

Em resposta a @ORaoniOliveira

Meu cabelo diz apenas sobre mim e sobre a cultura que faço parte, que é preta e periférica. Nos últimos dias, recebi diversos relatos de garotos de quebrada que se viram representados ao me assistirem na TV. Esse processo, embora pareça pequeno, é grandioso pra muitos.



Raoni Oliveira @ORaoniOliveira · 5 de jan de 2021

...

Em resposta a @ORaoniOliveira

Decidi representar os jovens de quebrada q se sentem pertencentes a esse movimento, mudei a cor do meu cabelo. Qndo eu apresento um telejornal de TV aberta assim, inspiro os meus e mostro p/ qualquer racista que eu não viro um profissional melhor ou pior por conta da minha estética



Fonte: Oliveira, 2021.

A leitura das postagens feita pelo apresentador permite que o grupo possa tanto nomear o que são atitudes racistas quanto refletir sobre a importância de valorizar as culturas pretas e aquelas denominadas como periféricas. Também foram apresentadas fotos de várias personalidades conhecidas, como o ator Lázaro Ramos, o jogador de futebol Gabigol, o cantor Dynho Alves e o lutador de artes marciais Derek Brunson. A ideia era mostrar exemplos de homens negros, em posição social de destaque, que descolorem o cabelo.

Nascido na favela da Rocinha, o artista plástico carioca Maxwell Alexandre é outra relevante referência, que tem ganhado notoriedade nacional e internacional. O artista promove, com frequência, a intervenção em espaço público urbano ou aberto ao público, a ação artística que ele chama de “Descoloração Global”, que consiste em promover os meios para descoloração do cabelo daqueles indivíduos do público que quiserem passar pelo procedimento estético.

Além da intervenção descrita, a cena de descoloração do cabelo também aparece em diversas pinturas, seja sobre um fundo monocromático, seja sobre um fundo com o padrão da bandeira do estado do Rio de Janeiro, em que homens pretos com o uniforme da polícia militar (órgão de segurança estadual) aparecem descolorindo os cabelos de jovens homens pretos. O artista Maxwell consegue, com sucesso, inverter o sentido pejorativo do gesto da descoloração ao dar destaque a essa prática em várias de suas obras (Figura 4).

No debate em sala de aula, o diálogo sobre as imagens veio acompanhado da apresentação do artista e dos objetivos dele com as obras. Na série “Pardo é papel”, os personagens da pintura são todos pretos e o suporte da pintura é o papel pardo, um material

utilizado na criação da moda. Dessa forma, o artista usa esse recurso como uma forma de relacionar esses corpos com a moda, que é, em suas palavras, “[...] um dos holofotes que legitimam a autoestima, o estilo e consequentemente o poder” (Alexandre, 2020). Esse conjunto de imagens produzidas por um artista negro, nascido em uma favela, vem para apoiar o debate da afirmação da identidade e a expressão cultural de um grupo.

Figura 4 – Obras de Maxwell Alexandre



Imagem 1

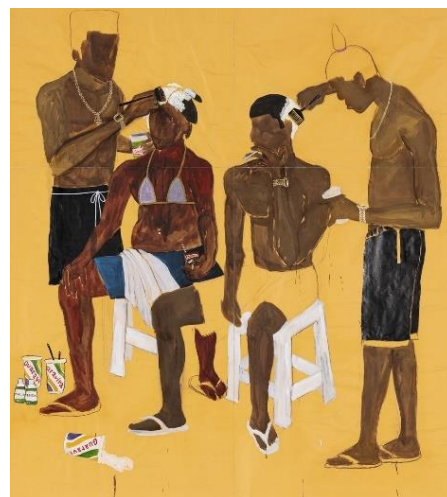


Imagem 2

Legenda: Série “Pardo é papel”. Imagem 1 – *Dalina retocando meus dreads*; Imagem 2 – *Sem nome*.
Fonte: Alexandre, 2020; Lourenço, 2024.

Outro recurso que a estudante de pedagogia trouxe, na perspectiva de afirmação estética, foi o documentário *Loiro Pivete: Da Margem ao Centro* (Loiro, 2021), produzido na Bahia. Por meio dos depoimentos de pessoas de fora do Rio de Janeiro, de várias idades, gênero e identidade sexual, o material audiovisual permite interrogar sobre o principal dilema social e existencial que envolve a prática de descoloração dos cabelos para pessoas pretas e pobres: a contradição inerente entre o estigma social pejorativo e o sentimento de realização existencial de concretizar uma autotransformação, uma afirmação ético-estética de si mesmo.

Utilizando vários recursos (memes, postagens de redes sociais, obras de arte, e documentário), Queila Justino pôde propor um debate sobre uma forma de racismo, a partir de um elemento estético comum entre pessoas negras, de territórios considerados periféricos, e de origem social modesta. Pelo desenvolvimento da proposta, que foi planejada

Educação Popular como princípio para formação de professores de Educação de Jovens e Adultos com questões para que os estudantes da EJA pudessem se expressar e refletir sobre situações concretas do seu cotidiano, houve uma participação ativa dos estudantes.

Figura 5 – Fotos do projeto Loiro Pivete



Legenda: Fotografias de Ana Lee Sales, criadora do Projeto Loiro Pivete.
Fonte: Projeto Loiro Pivete, 2021a, 2021b.

A estagiária, por meio do método dialógico e do uso das imagens, pôde mediar o debate a partir de uma perspectiva crítica. Tendo em vista o racismo, presente em julgamentos individuais e estigmas produzidos e reproduzidos contra certos grupos, tal metodologia de trabalho possibilitou que os educandos pudessem pensar a partir de marcadores como raça, origem social e território. Além disso, também foi possível trabalhar conteúdos específicos da língua portuguesa, de modo a garantir que os conteúdos curriculares fossem abordados.

Considerações finais

A possibilidade de os estudantes de pedagogia da UFRJ desenvolverem uma atividade na sala de alfabetização de EJA em que estão estagiando é uma experiência de formação inicial significativa para os futuros docentes. Especificamente na proposta apresentada, a orientação do professor supervisor da universidade junto ao estudante de pedagogia, que está inserido no cotidiano da escola de EJA, é essencial para a construção de um trabalho político-pedagógico.

Entretanto, pelos princípios da educação popular, à luz do trabalho sistematizado de Paulo Freire, foi possível experimentar práticas pedagógicas que rompem com modelos que acabam por reproduzir as lógicas de dominação e reprodução hierarquizadas do mundo social e produzir transformações. Trata-se de dar concretude à concepção de educação como prática da liberdade.

Por essa razão, conhecer os princípios e utilizá-los como orientadores na formulação de uma atividade da EJA é uma maneira de garantir, na formação inicial dos docentes, o compromisso político com os grupos marginalizados. No caso em questão, o trabalho com a temática racial permitiu um diálogo direto com os grupos que foram excluídos ou expulsos da escolarização e estão, atualmente, nas salas de alfabetização da EJA. Além de ser uma temática incontornável na sociedade brasileira, que é marcada por fortes desigualdades raciais, produzidas e reproduzidas na nossa estrutura social.

Porém, durante a formação inicial docente, o estudo sobre as especificidades da EJA e, particularmente, a temática que será desenvolvida são essenciais para que o estudante de pedagogia, considerando os saberes populares e o diálogo que acontecerá no momento de interação com os educandos da EJA, possam, ao mesmo tempo, ter elaborado reflexões numa perspectiva crítica, na busca da causalidade que explique o tema a ser discutido.

Essas ferramentas formativas se tornam instrumentos criativos na experimentação de práticas pedagógicas de EJA, como pôde ser visto no trabalho da estudante Queila Justino. Ela formulou uma proposta com método dialógico, ativo e crítico, numa escuta atenta, com intervenções e seleção de materiais, que possibilitaram dar voz aos estudantes da EJA e, concomitantemente, oferecer questões para se pensar tanto a dominação por meio do racismo quanto as possibilidades de resistência e afirmação ético-estética com os estudantes da EJA.

O trabalho realizado pela estudante de pedagogia revela como os princípios de educação popular elaborados e difundidos em um momento histórico específico podem ser utilizados em um contexto atual, garantindo que a natureza educativa dessa concepção de educação possa ser recriada, podendo se tornar uma inspiração na criação de práticas pedagógicas comprometidas politicamente com a transformação do mundo.

Referências

ALEXANDRE, Maxwell. **Dalila retocando meus dreads, 2020**. Rio de Janeiro, 17 dez. 2020. Instagram: @maxwell_alexandre. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cl6u2WapB7Z/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 10 maio 2024.

ALEXANDRE, Maxwell. **Há duas semanas atrás estive no Marrocos para abertura da exposição coletiva “Have You seen a horizon lately?”** [...]. Rio de Janeiro, 10 mar. 2020. Instagram: @maxwell_alexandre. Disponível em:

Educação Popular como princípio para formação de professores de Educação de Jovens e Adultos

https://www.instagram.com/p/B9k4QEMpp2S/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 10 maio 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular e a Educação de Jovens e Adultos: antes e agora. In: MACHADO, Maria Margarida (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008. p. 17-56.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire?** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, CNE, CEB, 2000a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, CNE, CEB, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília: MEC, INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 7 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Educação Popular no Brasil. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 3, p. 591-611, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/issue/view/738/REP%20PDF>. Acesso em: 12 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 113, p. 21-27, jul./set. 2007. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/c3afa676-b488-45co-b761-ob2b507bf605/content>. Acesso em: 11 maio 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2013.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Tabelas 2019** – Educação. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html%20/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados>. Acesso em: 7 maio 2024.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/12/sis-ibge-2023.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; GAZOLI, Daniela Gobbo Donadon. Afetividade no processo de alfabetização de jovens e adultos. **EJA em debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, nov. 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/314/pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

LOURENÇO, Marina. Rodriguinho, Ivo Meirelles ou Belo: quem criou o cabelo ‘loiro pivete’? G1 desvenda origens do visual. **G1, Pop & Arte, Moda e Beleza**, 19 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/moda-e-beleza/noticia/2024/01/19/rodriguinho-ivo-meirelles-ou-belo-quem-criou-o-cabelo-loiro-pivete-g1-desvenda-origens-do-visual.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2024.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2/3, p. 161-173, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/7e43f120-4623-460c-a095-cc07986da3be/content>. Acesso em: 11 maio 2024.

OLIVEIRA, Raoni. **Quero bater um papo com vocês sobre a cultura do “loiro pivete”** [...]. Twitter: @ORaoniOliveira. Salvador, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://x.com/ORaoniOliveira/status/1346529673417781248>. Acesso em: 9 maio 2024.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA em debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-158, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998/pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

PROJETO LOIRO PIVETE. **O pivete tá on!!** Instagram: @loiro.pivete. Ilhéus, 14 maio 2021a. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CO3wU5mLP4X/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D. Acesso em: 12 maio 2024.

PROJETO LOIRO PIVETE. **Quando eu vim pra esse mundo [...]**. Instagram: @loiro.pivete. Ilhéus, 9 maio 2021b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/COqIN9orEqZ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D. Acesso em: 12 maio 2024.

SALES, Ana Lee (Produtora). **LOIRO Pivete: Da Margem ao Centro**. Ilhéus, 2021. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Loiro Pivete: da margem ao centro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7UbOOx4WUc>. Acesso em: 10 maio 2024.

SOARES, Leôncio. Formação de Educadores: a habilitação em EJA nos cursos de pedagogia. In: SOARES, Leôncio et al. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 78-99.

SOARES, Leôncio. O educador de jovens e adultos e sua formação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 83-100, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/br3HrgNWhwfNKhwFmZ3jNkD/>. Acesso em: 11 maio 2024.

SOARES, Leôncio; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, out./dez., p. 251-268, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kjw6ycd5qY688cL3Hh6JmKf/?format=pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

SOUZA, Marta Lima de. Discutindo o termo “analfabeto” na perspectiva decolonial: história, Educação de Jovens e Adultos e população negra. In: SILVA, Américo Junior Nunes da. (org.). **A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais**. Ponta Grossa: Atena, 2022. p. 13-28.

Notas

ⁱ Reconhecemos que o termo educação popular teve diferentes acepções ao longo do tempo, como mostra Paiva (2003). Neste trabalho, focamos na concepção difundida amplamente ao longo dos anos 1960 e associada aos movimentos de cultura popular.

ⁱⁱ A publicação desse texto se deu em 2020, mas se refere a uma palestra feita por Freire em 26 de outubro de 1984, no I Colóquio Nacional de Educação Popular, realizado no Rio Grande do Sul.

ⁱⁱⁱ O livro *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* foi lançado na França em 1970.

^{iv} A autora Marta Lima de Souza (2022) propõe o uso do termo “analfabetizado” como forma de construir um vocabulário decolonial, que marque que os sujeitos foram sistematicamente excluídos pelo Estado do direito e do acesso ao código formal de leitura e escrita.

^v A estudante autorizou o uso de seu material para o artigo, a fim de colaborar com os objetivos acadêmicos deste trabalho.

^{vi} Os termos “preto” e “favela” são utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Particularmente, o uso do termo “favela” pela instituição faz parte de uma reivindicação dos

movimentos desses territórios, numa perspectiva de afirmar e reconhecer a riqueza cultural desses espaços, recusando as narrativas estigmatizantes.

Sobre a autora

Rosangela Carrilo Moreno

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desenvolve pesquisas vinculadas à Sociologia da Educação em temáticas de Educação de Jovens e Adultos, políticas públicas, participação política, juventude, desigualdades sociais e escolares. Faz parte do Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão de Educação de Jovens e Adultos (LIEJA).

E-mail: romorenoufrj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3828-1349>.

Recebido em: 14/05/2024

Aceito para publicação em: 14/10/2024